



# Anais da Assembléia

Nº 127

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1979.

ANO V

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 121.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1979.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Renato Bernardi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernoté Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezzi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Sr. Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Do Senhor Adalberto Ronauro Gouveia, com referência a "Paralisação da Construção da Rodovia que liga Campo Mourão a Pitanga, denominada Rodovia Relógio". Solicitando aos Senhores Parlamentares, que lutem em prol do reinício imediato das obras da Rodovia Relógio, caso contrário haverá um recesso no desenvolvimento agrícola regional. — Ao conhecimento da Casa.

#### TELEGRAMA:

Nos seguintes termos: CAMARA MUNICIPAL PONTA GROSSA SOLIDARIZA-SE EGREGIA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA VG ACOLHIMENTO PROJETO LEI 94/79 AUTORIA NOBRE DEPUTADO DAVID FEDERMANN VG OBJETIVANDO DOAÇÃO IMÓVEL PROPRIEDADE ESTADO UTILIZADO NESTE MUNICIPIO INSTALAÇÕES PARQUE EXPOSIÇÃO AUGUSTO RIBAS VG AGUARDANDO APROVAÇÃO ALUDIDO PROJETO VG NOME POVO PONTA-GROSSENSE AGRADECE PT SAUDAÇÕES

ANTONIO VENDRAMI VG PRESIDENTE.

— Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. AIRTON CERQUEIRA ALVES, ocorrido em Campo Mourão, e que da decisão desta Casa se dê conhecimento à família no seguinte endereço.

À

Família Airtton Cerqueira Alves

Rua Prefeito Devet de Paula Xavier, 1358

Campo Mourão - Pr.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO BATISTA SALVADORE, ocorrido em Campo Mourão, e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento à família no seguinte endereço:

À

Família de João Batista Salvadore.

Rua Santa Cruz, 625

Campo Mourão - Pr.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OTÁVIO ANTÔNIO FREIRE, ocorrido na Cidade de Campo Mourão.

Outrossim, requer que seja encaminhado à família no seguinte endereço, o pronunciamento desta Casa:

À

Família Otávio Antônio Freire

A/C Benedito Antônio Freire

Distribuidora Castanheira Ltda.

Campo Mourão - Pr.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALBINO CRUZ, ocorrido no último dia 12, em Curitiba.

Funcionário aposentado, ex-Chefe da Agência da Rede Ferroviária Federal de Curitiba, irmão do saudoso Dr. Francisco Cruz, ex-Diretor Geral da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, hoje Rede Ferroviária Federal.

Membro de tradicional família paranaense, o passamento de ALBINO CRUZ, deixa consternada a grande família Cruz, bem como o vastíssimo círculo de amizades, pois tratava-se de uma figura exemplar e muito dedicada às causas sociais.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da

Casa à família enlutada, por intermédio do Sr. AMAURI CRUZ, na Agência da Estação da Rede Ferroviária Federal, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do prestante cidadão ARGEMIRO CHAVES FERREIRA, ocorrido na Cidade de Ipiranga, onde o mesmo sempre gozou de elevado prestígio político, tendo exercido o cargo máximo do Poder Executivo daquela cidade.

A sua morte deixou uma grande saudade no seu rol de amizade.

É mister, portanto, que esta Casa Legislativa também se associe ao luto pelo falecimento de tão ilustre figura.

Requer, igualmente, que esta mensagem de condolência desta Casa, seja apresentada à família enlutada na pessoa de seus familiares.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1.979.

(a) DAVID FEDERMANN.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar da ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora LEÔNICA NOVAES CRUZ, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em ata dos trabalhos um voto de congratulações pela passagem do Dia do Professor, e que da decisão desta Casa, se dê conhecimento à Associação dos Professores do Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Há vinte e cinco anos, desmembrada da Paróquia do Cristo Rei, em Curitiba, foi fundada a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, para atender a expansão da região do Tarumã. Hoje, uma grande comunidade, com espírito religioso e generosidade, graças ao empenho durante vários anos de famílias católicas do bairro do Tarumã, exulta com a sagração do novo santuário, fruto de um penoso esforço. A sagração contou com a presença do Governador do Estado, do Arcebispo Metropolitano de Curitiba, D. Pedro Fedalto, do Bispo de Presidente Prudente, D. Agostinho Marochi, por treze anos responsável pela Paróquia de Fátima, Monsenhor Luiz Gonçalves, que há seis anos vem liderando aquela comunidade e de outras autoridades. A conclusão da nova igreja, construída dentro de uma concepção moderna, só foi possível pelo apoio emprestado às obras por um abnegado grupo de líderes, com a participação da população do bairro.

Ao requerer, nos termos regimentais, um voto de congratulações à comunidade da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, julgo justo destacar a magnífica colaboração que sempre

emprestou à obra o Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto e a capacidade de liderança do Monsenhor Luiz Gonçalves, um dos maiores incentivadores do trabalho comunitário, religioso e educacional, que desenvolve o grupo de trabalho sob o seu comando. Da decisão do Plenário, requeiro sejam cientificados o Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto e o Monsenhor Luiz Gonçalves, responsável pela Paróquia de Fátima.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1.979.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER um voto de regozijo, pelo transcurso do 32.º aniversário de Campo Mourão, que aconteceu no dia 10 de outubro vigente.

Município que neste espaço de tempo muito tem contribuído para a grandeza da região e do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1.979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja dado conhecimento do pronunciamento que ora acabamos de fazer, às seguintes autoridades: Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário da Educação, Secretário dos Recursos Humanos e os Senhores Presidentes das Entidades Representativas de Classe.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a constituição de uma COMISSÃO ESPECIAL de Deputados para estudar a situação dos municípios do Estado do Paraná e propor soluções que possam superar a crise que afeta essas unidades federais, e melhorar o sistema de recursos e aplicações que são ditados pela União e Estado.

Propõe-se a formação de uma Comissão Especial, partidária em termos de representação política, composta de 5 (cinco) membros.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1.979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

#### REQUERIMENTO:

Sr. Presidente.

**SÚMULA:** requer o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde e ao Excelentíssimo Senhor Oscar Alves, Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, no sentido de que seja implantado um Hospital Regional para o atendimento da população carente da Região Sudoeste.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado um apelo às autoridades acima nominadas, no sentido de que seja criado um Hospital Regional na Região Sudoeste para o atendimento da população carente do Sudoeste do Estado, consoante reivindicação apresentada pelo Senhor José Joaquim Nazário, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, na última reunião da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, realizada no Município de Planalto.

Requer-se, outrossim, que do inteiro teor deste, se dê

conhecimento aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais dos municípios que compõem a microrregião Sudoeste, bem como aos Senhores Prefeitos Municipais.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Em boa hora, a Associação dos Municípios do Sudoeste, presidida pelo dinâmico Prefeito de São Jorge do Oeste, Adelarte Debortolli e por proposta do ilustre Senhor Prefeito Municipal de Salto do Lontra, resolveu reivindicar das autoridades competentes a instalação de um hospital regional para o atendimento, na região, da população carente do Sudoeste.

Trata-se, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de uma justa reivindicação, pois como afirmou o Prefeito de Salto do Lontra "são incontáveis as pessoas que diariamente procuram as prefeituras da Região em busca de apoio financeiro e orientação para se submeterem a tratamento médico-hospitalar ou, quando internadas pelo INAMPS, solicitarem recursos para o pagamento de diárias do acompanhante. Se conseguem o transporte à Capital, desinformadas, doentes, paupérrimas, ficam pelos passeios, famintas."

Desse quadro desalentador somos nós os Deputados as maiores testemunhas. Procurando orientá-las, auxiliá-las, quantas vezes nos sentimos impotentes para encaminhá-las, pela falta de vagas em hospitais ou por excesso de lotação em albergues. Nesta Casa do Povo mesmo, quantos lamentáveis episódios se verificam apesar do nosso modesto e desaparelhado Serviço Social.

Quantos doentes, efetivamente pobres, não ficam sem assistência, perambulando pelas ruas, sofrendo nas esquinas, sem saberem se devem voltar para os seus municípios de origem ou esperar que alguma pessoa caridosa se condoa de sua dor e consiga um atendimento médico?

Esse é o retrato da situação do pobre doente que se desloca do interior com tantas esperanças. Não há, e nem houve, em época alguma, um órgão perfeitamente estruturado para esse tipo de assistência e mesmo com o trabalho da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, quase diariamente, os hospitais habilitados não dispõem de vagas suficientes para o internamento solicitado.

Face a essas imensas dificuldades, é que os Senhores Prefeitos da minha região, propõem como solução definida e definitiva: a construção de um hospital regional para que os doentes do Sudoeste possam ser tratados lá mesmos, desobrigando as prefeituras desse pesado encargo, de encaminhar os pacientes para Curitiba sem terem a certeza de que aqui serem bem atendidos.

A região Sudoeste que tem na agricultura o seu maior esteio econômico e cuja colonização se fez na forma de minifúndios tem uma agricultura rica — que contribui decisivamente para a economia estadual e para a exportação de produtos agrícolas — mas um agricultor pobre. É a esse agricultor que se destina o hospital pleiteado.

Sabe-se da preocupação eminentemente social que norteia o plano do eminente Governador Ney Braga. Diversas medidas estão sendo planejadas ou executadas para a melhoria da condição de vida das populações de mais baixa renda, tais como o programa de apoio ao pequeno agricultor, a melhoria das condições de vida do homem do campo através de mais escolas, eletrificação rural, crédito agrícola e outras medidas, que tenho a certeza, serão implementadas no decorrer da administração do eminente Governador Ney Braga.

No Sudoeste, entretanto, a maior solicitação hoje se prende ao setor de saúde pública, conforme se comprova do pedido unânime aprovado pelos Senhores Prefeitos Municipais em reunião de sua Associação. Recentemente foi feita uma pesquisa na Região Sudoeste e os entrevistadores consultaram o povo sobre qual setor gostariam de uma ação mais efetiva do Governo

do Estado. Enquanto que em outras regiões do Estado a preocupação maior era com o alto custo de vida, em outras com o salário, no Sudoeste, a maioria dos entrevistados, responderam que sua maior preocupação era exatamente com o setor de saúde.

Porisso, peço apoio de todos os Deputados para esta solicitação, que tenho a certeza será muito bem recebida pelas autoridades governamentais e atendida na medida das possibilidades orçamentárias do Estado.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 165/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Três Barras, com território desmembrado do Município de Catanduvas, com sede na localidade do mesmo nome, e as seguintes divisas:

"— ao Norte, com a divisa da gleba Andrada com a Colônia Adelaide, ao Sul, com o Rio Iguaçu, a leste com o Rio Guarani, e a Oeste com o Rio Tormenta".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoio: AIRTON CORDEIRO, JURANDIR MESSIAS, PALÁCIOS, GABRIEL MANOEL e GILBERTO CARVALHO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito Judiciário de Três Barras, vem apresentando um surto de desenvolvimento dos mais destacados dentro da Região Oeste do Paraná.

A comunidade local, integrada de famílias que há longos anos vêm labutando para o crescimento daquela promissora região do nosso Estado, almeja agora a sua autonomia e o reconhecimento como Município.

Pelas estatísticas oficiais, estão plenamente preenchidos os requisitos essenciais estabelecidos através da Lei Complementar n.º 1, de 09 de novembro de 1967.

Anexamos ao presente a documentação necessária para que o referido processo possa ter facilitada a sua tramitação nesta Casa Legislativa, e que por certo contará com o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Uso da palavra nesta tribuna, no dia de hoje, data consagrada ao Professor, justamente para fazer referências a esta classe, que somente pelo espírito abnegado, que possui, ainda não procurou qualquer outra forma de subsistência.

Ser professor, como meta final de carreira, hoje em dia, citando a frase de um colega de escola de meu filho, "é um atraso de vida".

Se observarmos a carga de trabalho, as obrigações e responsabilidades que detém um mestre, a frase deste estudante não está longe da verdade, pelo menos em termos de vencimentos, aliás o que ele quis dar a entender.

Hoje o Sr. Governador assina a lei dos suplementaristas. Parabenizamo-nos com ele. Mas, e o magistério de carreira?

Na semana passada, 400 professores estiveram em visita ao Governador Ney Braga, quando, na oportunidade, lhe entregaram um documento de dez pontos, com as principais reivindicações do magistério paranaense.

Oxalá esse pedido seja aceito, porque a situação atual desses mestres chega às raíais da comichade, se o assunto não fosse sério.

Um professor do Paraná, há VINTE ANOS não recebe uma promoção sequer. VINTE ANOS, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Qualquer que seja a categoria de servidor público, que por motivos inexplicáveis, não possua promoção seja por merecimento ou antiguidade, perde, evidentemente, todo o atrativo ou incentivo natural.

Com isso, não vendo uma recompensa ao seu esforço, trabalho e dedicação em favor da causa educacional, o mestre perde naturalmente o estímulo no prosseguimento de sua missão, e, o que é pior, quem sofre as consequências diretamente, são os alunos, pelo nível baixo do ensino que lhes é ministrado.

Os antigos professores do ensino médio, por força do Estatuto do Magistério, que está mal condicionado, além do achatamento salarial que vêm sofrendo, tiveram ainda, outro prejuízo, resultante do seu nivelamento, com os seus colegas mais novos, uma vez que, alguns com até 30 anos de serviços prestados, vem percebendo os mesmos vencimentos dos professores, recém classificados, todos vinculados ao nível 5, tendo em vista que lhes foi vetado a Classe F, correspondente ao nível 6.

Estes veteranos, todos nomeados por concurso, possuindo de vinte a trinta anos de serviços prestados, tiveram achatados seus salários, em decorrência de duas decisões, que lhes acarretaram grave comprometimento com relação a uma remuneração condigna e justa:

1 — A mudança da carga horária de dez aulas semanais para vinte e duas, em um percentual de cento e vinte por cento, sem a correspondente correção salarial, resultando isto, em grave prejuízo financeiro; e

2 — O recente concurso de promoção do magistério, realizado no final de 1978, que igualou os professores mais antigos com os mais novos.

Exemplifiquemos, no primeiro item, o citado prejuízo: tomando por base o professor de ensino-médio nível 24, que antes da vigência do Estatuto do Magistério, percebia por dez aulas semanais o salário de Cr\$ 3.105,00, a passagem da carga horária de dez para vinte e duas, resultou no aumento de cento e vinte por cento de trabalho, mas não de vencimentos. Na verdade, o mestre de ensino deveria perceber, com os cento e vinte por cento, Cr\$ 6.831,00. O Governo, no entanto, aumentou o salário para Cr\$ 5.135,00, ou seja; Cr\$ 2.030,00 resultante da soma de cinquenta e quatro aulas suplementares mensais, no valor de Cr\$ 37,59, cada uma, acarretando, com isto, um prejuízo financeiro mensal de Cr\$ 1.696,00.

Para sanar essa injustiça, o Governo poderia, antes de conceder qualquer reajuste, corrigir o erro praticado.

Para tal correção, ele poderia fazer o seguinte:

Considerar o salário dos professores, a partir da mudança da carga horária de dez para vinte e duas, aplicando o fator cento e vinte, devido o aumento do trabalho haver ascendido a cento e vinte por cento. Então, o professor, que percebia Cr\$ 3.105,00, passaria a ter um novo salário de Cr\$ 6.831,00. Como em 1978, foi concedido um reajuste ao funcionalismo civil e militar do Estado, no valor de trinta e oito por cento, passaria a perceber o professor Cr\$ 9.426,00, e, a partir de 1979, com o reajuste efetuado aos servidores públicos de 40%, estaria o mestre com Cr\$ 13.196,00.

**RESSALTE-SE A INJUSTIÇA COMETIDA**, que o vencimento verdadeiro, sem qualquer aumento, mas, apenas acompanhando o percentual de cento e vinte por cento da carga horária semanal, computando-se um percentual justo, sobre este hipotético Cr\$ 13.196,00 que defendemos e que seria o justo, e tomando por base dois fatores independentes, qual seja o salário-mínimo existente ou o custo de vida real, teríamos: em 1978 Cr\$ 16.232,00 com relação ao salário-mínimo e Cr\$ 20.985,00 tomando por base a alta do custo de vida.

No ano atual a situação seria: Cr\$ 23.594,89 na base do

salário-mínimo e Cr\$ 27.703,55 tomando o custo de vida como referência.

Isto impressiona, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Pela referência do salário-mínimo um professor de Ensino Médio deveria estar recebendo, hoje, mais de 23 mil cruzeiros por mês e, no entanto, percebe Cr\$ 9.920,00.

O professor concursado, atual nível 5, que em 1969, percebia Cr\$ 705,60 por dez aulas semanais, se tivesse todos os aumentos estabelecidos pelo salário-mínimo, estaria recebendo Cr\$ 7.750,16. Ao optar pelas vinte e duas aulas semanais, observada a proporcionalidade dos cento e vinte por cento da carga horária, ganhando, em 1978, Cr\$ 17.050,35 e, atualmente, com os quarenta por cento de aumento concedido no começo do ano ao funcionalismo, Cr\$ 23.870,49.

Portanto, o achatamento salarial do professorado foi até o ano passado de 141,23%. Os professores com dois padrões sofreram o dobro.

A grande verdade é que o magistério do Paraná vem financiando as atividades do Governo, pois o último trabalho elaborado pela Associação dos Professores do Paraná, aponta o salário real de, no mínimo 23 e no máximo 27 mil cruzeiros, enquanto os integrantes do magistério estão recebendo, exatamente um terço disto.

Estou andereçando, Senhor Presidente, um requerimento, se aprovado, para que Vossa Excelência, encaminhe cópia deste discurso ao Governador do Estado, Secretário de Educação, Secretário de Recursos Humanos e Presidente de entidade representativa de classe.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, nobres Deputados. Comemoramos hoje, o Dia do Professor, daquele idealista que muito trabalha, muito realiza e assegura a educação das novas gerações. É o professor que faz, com aquele elevado espírito altruista.

(Lê): "Dentre as classes mais influentes na evolução espiritual e material dos povos, a do Magistério, por certo, desempenha funções de maior realce.

O progresso do homem e a prosperidade das nações estão intimamente relacionadas ao trabalho dos mestres, que preparam as novas gerações para uma adequada e eficiente contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

Idealismo, abnegação e sacrifício são algumas das virtudes que identificam a classe do Magistério de qualquer grau de ensino.

Nas cátedras universitárias vislumbramos o mestre categorizado, especializado cientificamente, entregue a sua tarefa com ardor e espírito de renúncia. Nos professores do segundo grau a mesma empenhosa dedicação pelo trabalho educacional. Também a professora, de primeiro grau, no seu labor constante, constitui os fundamentos em que se edificam as virtudes da Pátria.

Por igual, e particularmente, deve ser exaltada a tarefa dos pacientes professores do MOBREAL na luta pelo despertar da mente dos que não tiveram a ventura da luz das letras no tempo adequado.

Obriga-nos o reconhecimento que nos curvamos ante os professores dos cursos de formação profissional, pelo edificante trabalho na preparação da mão-de-obra especializada, criando perspectivas amplas para o futuro social e econômico do nosso Brasil.

Amoldando caracteres, despertando o otimismo, exaltando o amor à Pátria e o respeito a Deus, cumpre o professor função exemplar na sociedade.

E na sua humildade, que tanto se assemelha e procura transmitir aos que se subordinam a sua dedicada orientação, passa o mestre vida inteira na pobreza material da obstinada

profissão que abraçou, rico, porém, e compensado pela grandeza da obra que construiu.

Bem haja a mão do mestre que conduziu nossa formação de homens, mostrando-nos o caminho certo, desviando-nos dos desacertos sociais, apontando o rumo da moral e do civismo.

Assim, ao ensejo das comemorações do "Dia do Professor", tenho a honrosa satisfação de saudar o nobre e digno Magistério paranaense, testemunhando-lhe o reconhecimento de sua obra em prol do engrandecimento da comunidade brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós ocupamos hoje a tribuna, para nos referir a situação que reina junto a Polícia Militar e a Polícia Civil do nosso Estado. É que Sr. Presidente, Srs. Deputados, existe um clima de tensão e de preocupação mesmo do povo, em relação a atitude que está sendo tomada, ou pelo menos a imprensa do nosso Estado vem anunciando que está sendo tomada pelas autoridades policiais, no sentido de omitirem quanto a prisões de elementos que tenham por ventura cometido delitos.

Porque, em face do entendimento que foi dado recentemente no Rio de Janeiro, quando se julga o caso Aésio, de que as prisões só podem ser feitas em duas situações: em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente. É que a interpretação que vem sendo dada para essas duas colocações pelas autoridades e até mesmo pela imprensa, está sendo deturpada. Deturpada porque, quanto a prisão em flagrante delito ela está sendo entendida de uma forma restrita. Flagrante delito está sendo entendido como se fora na hora em que o agente esteja praticando o fato delituoso e somente ali, naquele momento da flagrância é que se poderá fazer a prisão.

Mas isso é um dispositivo constitucional. Acontece que a Constituição não pode prever todas as circunstâncias da flagrância. Ela deixa os demais requisitos para a Lei Ordinária. Então, flagrante delito, em primeiro lugar, realmente de acordo com a Lei Ordinária e com o Código de Processo Penal é aquele em que o agente está no momento, do delito, aliás, por sinal queria ler o Código de Processo Penal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que de uma vez por todas a imprensa também, tomando conhecimento das disposições do Código de Processo Penal, pudesse transmitir corretamente, quando a polícia pode ou qualquer cidadão do povo pode prender uma pessoa que esteja cometendo um delito, para que de uma vez por todas se varra, do entendimento popular e mesmo essa preocupação que hoje está existindo de que a Polícia não irá mais prender ninguém, senão em flagrante delito.

É que o Código de Processo Penal diz: "considera-se em flagrante delito para complementar aquilo que diz a Constituição, quando quem está cometendo a infração penal, acaba de cometê-la, é perseguido logo após pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa em situação que se faça presumir ser o autor da infração. É encontrado logo depois com instrumentos, armas ou objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração".

De forma que não é preciso, como está sendo anunciado, pela imprensa, que para ser preso o delinquente, a prisão, para ser legal, seja na hora em que está o agente cometendo a infração. Mas pode ser após isso, na perseguição do infrator, quando ele mesmo na sua casa seja encontrado com os instrumentos do crime que faça presumir ser o autor da infração penal. O que não pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é agir como a polícia vem agindo, desconhecendo os princípios mais mezinhos da lei e dos direitos humanos. É fazer como se fez há dias anteriores, em que só pelo simples fato de um desentendimento de um porteiro de um prédio com um agente de segurança, ser chamada a rádio-patrolha e levado aquele homem,

chefe de família, trabalhador, com emprego definido, para colocá-lo atrás das grades. Isto é que não pode.

Também levaram o cidadão e o deixaram lá, atrás das grades, aos maus tratos, se misturando com criminosos perigosos, um homem chefe de família, com abuso de autoridade, isto é que não pode.

É isto que se precisa entender; mas não se deturpar o sentido de flagrante delito, pela autoridade policial que tem a obrigação de garantir não só a segurança dos cidadãos que pagam impostos, para manter o corpo policial, mas também a integridade física do preso. É isto que eles precisam entender e é isto que a nossa imprensa precisa dizer para que não se coloque a lei contra as autoridades policiais, ou então não se coloque em conflito as autoridades policiais com o povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós esperamos que o Sr. Secretário de Segurança esclareça, definitivamente, esta situação reinante hoje, na nossa polícia, para que o povo fique mais tranqüilo e não se veja a descoberto da proteção dos agentes policiais contra os agentes do crime.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa registra a presença, em nosso plenário, do nobre Deputado Federal Sebastião Rodrigues.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retornamos a tribuna, nesta tarde, para tecermos algumas considerações em torno de uma notícia vinculada pela imprensa escrita da Capital, a respeito da possível construção de uma nova Delegacia de Proteção ao Menor, nesta Capital. E o que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para protestar contra esta construção e quero, neste curto espaço de tempo, que me é facultado, justificar este protesto.

Entendo que neste Ano Internacional da Criança, Ano I da Criança Brasileira, que teve como grande meta a campanha encetada pela Rede Globo, angariando fundos elevados para atender as crianças necessitadas deste País; apesar de que este ano está terminando e não temos visto nada de positivo que tenha sido feito em benefício destas crianças. Por conseguinte, não posso conceber como que o Governo do Estado venha a destinar oito milhões e quinhentos mil cruzeiros para construir Delegacia de Proteção ao Menor.

O problema, segundo meu entendimento, não é prender menores, não é edificar salas para prender menores, porque cadeia não vai resolver o problema da delinquência juvenil neste Estado e neste País.

O que deve ser feito, no meu entendimento, e esta é a razão pela qual nós hoje, ocupamos esta tribuna, é no sentido de pegar esta importância e outras importâncias, se necessário for, aplicar na recuperação destes menores. Aplicar nas associações de recuperação; destinar a creches, enfim, fazer alguma coisa no sentido preventivo, profilático, em benefício das crianças abandonadas, delinquentes ou crianças que perambulam pelas vias públicas desta cidade. E de resto pelo Estado do Paraná.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta notícia de que o Estado do Paraná irá edificar em Curitiba, uma Delegacia de Proteção ao Menor, especializada neste setor, segundo meu entendimento, ela é desnecessária. Existe em Curitiba, e num ponto excelente, uma Delegacia. Caso esta Delegacia hoje, se mostre deficitária no aspecto material e humano, compete à Secretaria reformá-la e ampliar o seu quadro de policiais. Mas nunca o Estado que está atravessando uma séria crise financeira, investir importâncias como esta, de oito milhões e quinhentos mil cruzeiros, no início, porque esta importância poderá ser aumentada posteriormente, para edificar uma delegacia, para prender menores.

Fica aqui, Sr. Presidente, o meu protesto, fica aqui o meu

apelo ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Segurança Pública, para que, e também o Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, para que, procurem examinar esta situação e não vá investir quantia desta natureza numa obra totalmente desnecessária primeiro, pela situação por que passa o Estado do Paraná, segundo porque edificar uma delegacia para prender menores não é a solução para o problema do menor. Segundo meu entendimento, solução para o problema do menor é procurar tomar medidas preventivas, medidas profiláticas, no sentido de educar e recuperar estes menores; recolhê-los não para a cadeia de proteção ao menor, mas recolhê-los numa instituição onde este menor possa receber um tratamento a altura e possa ser recuperado para servir ao Estado e ao Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso Plenário, do nobre Deputado Federal, Wladimir Belinati; bem como a presença do Sr. Paulino Stedelli, ex-Prefeito de Coronel Vivida.

Concedo a palavra, ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O conceito de educação não se esgota nos limites da didática e da pedagogia. Ou no sentido de permitir ao homem a fonte do saber essencial: ler e escrever. A educação é a abertura básica para o regime democrático. Um povo que não tem acesso ao saber, está condenado, irremediavelmente, a ficar ausente do processo participativo. Pensar, decidir, agir, eis um trinômio inseparável dos rudimentos democráticos. Os que vivem afastados da fonte de cultura, não vivem, servem. Educar, é democratizar as oportunidades de viver. Educar, muito mais do que ministrar aulas, é colocar o homem diante dos problemas sociais; o homem, que, por sua natureza, é um ser que não vive restrito à sua individualidade. A participação de todos, eis um princípio democrático, cuja aplicação, requer o preparo do povo em igual escala. A sociedade que se distancia da educação, base da pirâmide que é o próprio homem, está condenada a ser comandada por poucos, para a submissão de muitos. Neste processo, verdadeiro, real e inexorável, o professor tem o seu mister a desempenhar. É ele que a sociedade prepara para a missão de ensinar. E o homem, protegido pela oportunidade de estudar, vincula-se ao professor, seu amigo, às vezes pai, às vezes mãe, irmão, irmã, principalmente fonte qualificada de cultura. O homem que procura antes de tudo, ser, neste 15 de outubro, homenageia o professor. O dia em que nos lembramos da primeira professora, que, maternalmente, cumprimenta os seus alunos e os trata como se seus filhos fossem, criando um laço afetivo que nem a morte separa. No ensino de primeiro e segundo graus, no ensino técnico-profissionalizante, no ensino universitário e nas pequenas escolas plantadas longe dos centros urbanos, o professor é o mesmo, indispensável à sociedade. Amigo da criança e do adulto. Reconhecido por todos como um arauto do saber, por isso, um canal de realização democrática. Sob sua tutela, temos as primeiras noções da importância de viver com liberdade e de ser livre com vontade própria. Sacerdócio, em outros tempos; profissão, hoje, o professor nunca perdeu o ideal motivador de sua atuação. Os sacrifícios inerentes ao seu trabalho, instruem esse ideal nobre. Ao professor, neste dia destacado para homenageá-lo, além da gratidão pelo saber, a gratidão pela oportunidade de saber viver em liberdade. A educação é o começo de uma grande democracia e o professor o seu agente mais próximo."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo inicialmente confessar que li quase assustado, um artigo publicado pelo CORREIO, na última sexta-feira, e que traz a assinatura do eminente jornalista Adherbal Fortes de

Sá Júnior.

Assustado, porque, quero ter a impressão que, Adherbal Fortes não entendeu, talvez, a nossa posição tomada nesta tribuna, quando aqui viemos para enfocar o problema do consumo do cigarro, do vício do cigarro e da propaganda do cigarro através dos meios de divulgação. Mas os Deputados desta Casa que inclusive votaram, têm conhecimento de que, há bastante tempo nos movimentamos nesse sentido, apresentando aqui, um requerimento, requerimento este para que esta Casa o aprovasse, enviando um apelo a todos os Deputados Federais da bancada do Paraná, sejam desta ou daquela legenda, para que, na Câmara Federal terçassem armas para que, com a maior urgência possível tivéssemos a aprovação de projeto de lei que pudesse proibir a divulgação da propaganda de cigarro, através dos órgãos de divulgação. E, quando voltei ao assunto nesta tribuna, aí é que não me entendeu o jornalista, voltei, porque estava irritado com as posições que vinham sendo tomadas por um Secretário de Estado — mais precisamente o Sr. Oscar Alves — Secretário da Saúde que, ao invés de se preocupar com a campanha, com o combate ao vício, estava mais preocupado em fazer a sua promoção pessoal, o que para mim não é novidade. Mas não posso aceitar, Srs. Parlamentares, que, através da publicação desta notícia, deste comentário ou deste artigo, se pretenda convocar-me de que devesse também participar desta campanha.

Diz o jornalista — tenho impressão que, mal informado, porque ele tem bons propósitos — "tudo isto, é para dizer que as críticas contra a equipe do Secretário Oscar Alves não são do "hobby" do câncer, mas, parecem ser".

E continua: "Ouvi de um Deputado, o seguinte: "Acho que criticar o Oscar na hora em que ele está enfrentando as multinacionais da morte, é, acima de tudo, impatriótico!"

Gostaria que o jornalista me desse o nome desse Deputado, porque, se ele existir, deve ser um malandro refinado ou um mentiroso em potencial, e eu gostaria de saber de quem se trata, porque entendo e creio mesmo que alguém deve ter dado a informação erroneamente. Venho a esta tribuna, Senhores Deputados, porque aqueles que puderam ler, tiveram oportunidade ou que vierem a ler este artigo, irão notar que quase se pretende dar-me a condição de um defensor de multinacional, como se eu estivesse tecendo críticas ao Senhor Secretário, porque ele está fazendo campanha contra o cigarro.

Não, estou implorando da tribuna, para que a Secretaria de Saúde, pelo amor de Deus, deixe de lado as promoções e combata diretamente aquilo que o povo espera. Combata o vício, mas de que forma? Eu já o fiz, não através de cartazinhos para dar prêmios a meninos, mas isto sim, de forma direta, indo às escolas, fazendo reuniões de associações, encontrando a forma, de fazer com que os jovens compreendam os malefícios do vício do fumo.

Lamento que tenha que voltar à tribuna, mas o faço para que aqueles que não entenderam ainda a minha linha de pensamento, não a deturpem, não fiquem misturando problemas de interesse do povo, com situações de partidos políticos. Para mim, ambas são diferentes. Se hoje sou um que já preguei categoricamente que não quero saber de ARENÃO, também tenho o direito de fazer e manter as mesmas posições na tribuna desta Casa, que é do povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, convida os Senhores Deputados para participar de um debate, com uma equipe de professores da Universidade de Maringá sobre os problemas da Pré-Escola e do Modelo Educacional Brasileiro, a se realizar amanhã, às 10,00 horas, no pequeno auditório desta Assembléia Legislativa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senhor Deputado Eron-dy Silvério.



O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pediria à Mesa que também em nome da Liderança da ARENA, fizesse idêntico convite aos Senhores Deputados da Aliança Renovadora Nacional, porquanto a conferência é de suma importância, principalmente porque vai tratar do menor abandonado, da criança sem recurso. Nessas condições, faço idêntico apelo à bancada da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Dentro em breve a União vai dar uma penada e reintroduzir as eleições nos municípios da faixa de fronteira, reservando-se alguns, para garantir seu controle direto.

Além dos municípios da faixa de fronteira, de áreas consideradas de segurança nacional, de portos e capitais, todos esperam a reforma tributária que o governo atual reconhece como necessária.

Como estamos vivendo o "toma lá, dá cá", que o Governo Federal joga como "iniciativa criadora" com os setores democráticos, e que se traduz em "Toma um pouco de Democracia e dá apoio a minhas intenções liberalizantes", as coisas estão sendo oferecidas a pedaços de um lado e conquistadas a bocados do outro.

Porém, esse vai-não-vai parece ter um propósito de deslocar as questões totais para os pedaços de cada questão. E assim vão desfigurando-se objetivos e reivindicações, numa sucessão de coisas a que nossos juristas chamam "casuismo".

Nesta transição política, saídos do sufoco e do beija-mão, as lideranças começam a sentir que perdem fôlego e peso, atarantadas com o jogo do Palácio do Planalto.

Mas, se é verdade que os políticos podem perder a bússola, também é verdade que começam a perder a paciência e a cordialidade. Políticos da oposição e da situação estão sentindo que essas manobras acabam desgastando a todos, impondo maior sacrifício à Nação, cujo povo esperava ir definindo seu lugar no processo político e social, por sua própria iniciativa. Ouso até dizer que as emendas estão ficando piores que os sonetos.

Há uma expressão curiosa, de grande flexibilidade de pensamento, que diz, paradoxalmente: "É preciso mudar para que as coisas fiquem exatamente como estão". À primeira vista a frase parece ser um jogo de palavras que se anula a si mesmo. Entretanto, se sobre a mesma mais detidamente pensarmos, acabamos encontrando sua verdade profunda: o Governo da União está fazendo exatamente isso. Mudando para deixar como está. Está mudando os métodos de governo, sem mudar-lhe a forma; até o limite que permita conservar a hierarquia e o poder exatamente como está.

Mas isso está acontecendo quando tudo parece indicar que entramos no regime de inflação galopante. Quando o custo de vida sai do trote e entra a galope fazendo a integração nacional.

Já não mais acredito que possamos chegar a janeiro com menos de sessenta e cinco por cento de inflação neste ano. Digo janeiro, porque no mês de dezembro sempre pode haver uma manipulação jogando a sobra para janeiro...

E então, como tudo está mudando exatamente para ficar como está, acredito que haverá mudanças no que que está ficando. Estou pessimista quanto a política oficial, porque a política econômica mantida à custa de disfarces estratégicos está sufocando o povo e criando uma ansiedade, um estado de angústia e insatisfação que poderá mudar o rumo dos acontecimentos.

Não era meu propósito continuar falando principalmente de reforma partidária. Nem pensava fazer um discurso sobre a inflação e o custo de vida. Mas, veja que ninguém consegue agora sacudir a cabeça e livrar-se desses problemas.

Tenho, sim, o desejo de falar sobre as três questões que embora muito diferentes, estão preocupando a todos os polí-

ticos que representam municípios pequenos e médios. O custo de vida, a inflação e a situação geral do povo continuarão preocupando e devemos encontrar soluções para oferecer aos governos.

Nesse jogo do Governo, para manter sua iniciativa e produzir algumas mudanças políticas e institucionais, sem mudar a política econômica e social, queremos analisar todos esses problemas econômicos, sociais e administrativos a nível dos municípios.

Quero chamar a atenção para o princípio do fim: a falência da maioria dos municípios; não por endividamento, mas por falta de recursos para atender a rotina.

Entre os grandes problemas que os políticos brasileiros enfrentam hoje, três não podem ser esquecidos em nenhum momento.

Problemas que resumem aspectos críticos de nossa vida, no seu âmbito maior: o modelo de desenvolvimento, que se traduz numa política questionada por grandes setores da opinião pública; a posição e situação dos municípios na chamada federação brasileira; e a livre organização dos partidos políticos como expressão das necessidades e vontade das camadas da população brasileira.

Na conjuntura atual, as três questões se acham emaranhadas pois se acredita que — para cumprir um modelo concentracionista na área econômica e subordinar toda a população aos seus propósitos — foram extintos os veículos de expressão política do povo e transformados os municípios em administração de serviços num espaço físico determinado.

Por fatores resultantes da conjuntura atual — em que o processo de redemocratização atrai todas as atenções — o problema da construção de partidos políticos, já pré-alinhados à visão de programas econômicos e sociais brasileiros, é que alcança a máxima repercussão. E se entende que na ação política é que se vão estabelecer os modelos e caminhos do interesse do povo brasileiro.

Somos ainda um País atrasado e que sai da penumbra do subdesenvolvimento. Penumbra que dá seu preço em termos de relações e atividades políticas. E então é muito natural que os políticos e os tecnocratas apenas apontem contradições e soluções parciais para o desenvolvimento brasileiro.

Mas a questão municipal é outro tipo de problema. Problema muito grave; difícil. E tão mais difícil porque caiu naquele círculo vicioso onde não chegam as "iniciativas criadoras", porque a questão é por demais dependente de outros fatores, além de não estar fundada numa tradição positiva entre nós. Assim, se não temos vivência do municipalismo não o podemos ativar politicamente. E como não o ativamos politicamente não estamos conseguindo conhecer o federalismo, nem viver relações mais abertas e razoáveis entre a união, os estados e municípios.

Assim, vivemos numa república federativa que não realiza a federação. Podemos afirmar que o Brasil é a maior república federativa, que é unitária.

A autonomia dos municípios parece estar mais no direito de construir estradas vicinais e conservá-las, no direito de fazer o calçamento das cidades, nomear professores municipais, fazer convênios altamente lesivos a seus interesses, e cometer deslizes administrativos quando e se os munícipes não estiverem muito atentos.

A verdadeira situação dos municípios é de extrema dependência em relação aos estados e à União. Dependência forçada pelos costumes coloniais, e impostos pela prática do autoritarismo; não o de hoje; mas o que sempre existiu em relação aos municípios brasileiros.

Parece que nós estamos todos de acordo em que, como já falou nesta casa o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o velho municipalismo está morto. Um municipalismo de independência em relação ao estado e à União, mas que geralmente escon-

dia o desejo de forçar o aumento de recursos para aplicações sem critérios. Um municipalismo que pretendia formar pequenos estados dentro da união, para usufruto de uma oligarquia que se organizava para conquistar o Poder.

Mas, consideramos que, definidos constitucionalmente os meios e a obtenção de recursos nacionais, ali no município fiquem cinquenta por cento de quaisquer recursos gerados nos impostos indiretos; e, nos impostos diretos — da competência do governo federal — fiquem vinte e cinco por cento do total.

Como está sendo prevista uma reforma tributária, que se faz cada dia mais urgente, esperamos que ela corrija a grave distorção fiscal e tributária brasileira, onerando as rendas pessoais em favor da distribuição de renda, e desonerando as atividades e profissões, que constituem a base do desenvolvimento nacional, real e concreto. Isto é, forma de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, que corrija a idéia de crescimento econômico como desenvolvimento.

O assunto em questão deve ser apurado no seu ponto mais vulnerável, onde o balão explode, que é justamente o município, cujas prefeituras recebem os estilhaços da decadente e implosiva estrutura tributária atual.

Acho assim que a questão municipal merece uma "Comissão Especial" nesta Casa de Leis, para levantar a situação dos Municípios do Paraná, estudar as relações com o Estado e a União; analisar suas fontes de recursos e as formas como recebem esses recursos, avaliar a mixórdia de convênios — na maioria lesivos, concretamente aos interesses municipais, e uma forma de pressão aos prefeitos — estudar a forma e os meios como os serviços de saúde, educação, segurança pública, judiciário, serviço militar e programas especiais se instalam nesses municípios, com grande ônus para os cofres da municipalidade.

Acredito que a criação de uma Comissão Especial hoje, na Assembléia Legislativa, pode prestar um grande serviço aos municípios, ao Estado e à Nação. Essa Comissão pode, durante o período de seu funcionamento, realizar um trabalho com o apoio dos Deputados, Prefeitos e Vereadores, para propor soluções imediatas e finais aos problemas enfrentados pelos municípios paranaenses, que são os mesmos em todo o país.

Era esta a proposição que, afinal, eu tenho a fazer, esperando contar com o apoio de meus ilustres pares para um trabalho consciencioso em favor dos municípios paranaenses."

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Tércio Albuquerque, assunto por demais sério, Vossa Excelência traz à tribuna e o analisa corretamente.

Não há dúvida de que a autonomia é a certidão de utilidade de qualquer município. E desde o império assim tem sido no País. Mas em verdade, as agressões à autonomia municipalista no nosso País, surgiram a partir, principalmente de 1964, quando o Poder Central, o Poder da União, o Executivo Federal, tudo absorveu, tudo procurou controlar e a tudo efetivamente dispõe, regulariza e arrecada.

Porisso a sua análise séria e esse trabalho merece acolhimento. E digo mais, ilustre Deputado, principalmente nós do extremo Oeste do Paraná, além desse aspecto da quase falência em que vivem os municípios paranaenses e brasileiros; temos ainda o outro agravante desta centena de municípios no Brasil, que são os chamados, "Áreas de Segurança Nacional". E, com certeza, se a situação já é caótica, no nível dos municípios brasileiros, pior ainda se encontra a situação dos municípios da faixa de fronteira, nas áreas de segurança nacional. São tantos os abusos, são tantos os desvios; são tantas as prepotências e arbítrios, de seus titulares, nomeados ao bel prazer de interesses políticos e de comandos políticos, que causaram efetivamente inúmeras infelicitades no meio daquelas populações, da nossa faixa de fronteira. E o exemplo típico, nobre Deputado, nós inclusive pretendíamos ir à tribuna hoje, mas o fazemos, inserindo nesse seu pronunciamento. Nesta segunda-

-feira, estará reintegrando, no Município de Medianeira, na Câmara Municipal, no seu Poder Legislativo local, o Vereador e suplente de Deputado Estadual, Dr. Adolfo Mariano da Costa, que foi cassado no mês de julho, através de uma comissão arbitrária, prepotente, dirigida pelo donatário que há mais de 10 anos, comanda aquele município, e que felizmente, e parece-me que as primeiras luzes nesse túnel escuro, começam a surgir, a justiça na última semana, acaba num mandato de segurança, reintegrando aquele vereador cassado. E se faço referência a este vereador, a este suplente de Deputado, ao grande companheiro, Dr. Adolfo Mariano da Costa, é que ele, sintetiza, efetivamente, o resultado desse tipo de autoritarismo e de governo municipalista nas faixas de fronteira, tendo sido sempre vítima desta utilização negativa do instrumento municipalista.

Ilustre Deputado, Vossa Excelência tem neste Parlamento, um apoiador dessa iniciativa que temos recebido várias correspondências inclusive de municípios como Medianeira, Matelândia, e principalmente Santa Helena, onde se situam graves problemas e que tem solicitado até uma CPI para analisar corrupções e outros problemas nos municípios de Faixa de Fronteira.

Estamos com Vossa Excelência e que se faça um trabalho profundo, sério, vigoroso, para apurar o quanto há de errado neste problema municipalista do Paraná e, em especial, a gravíssima situação dos Municípios de Faixa de Fronteira.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte de

Vossa Excelência, meu caro companheiro, e quero invocar o testemunho de que o nobre Deputado é um dos grandes batalhadores em prol da nossa Região Oeste, trazendo a esta Casa incentivos através de críticas construtivas e dando opiniões ao Governo. E nós agora, que ouvimos através da televisão, as palavras do eminente Presidente da República, Sr. João Baptista Figueiredo na cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso, que, irá estudar com mais carinho o problema do municipalismo e irá dar apoio ao problema, todos nós aqui estamos confiantes e desejamos que este apoio seja, efetivamente, em favor da comunidade brasileira, que são os nossos sofridos municípios.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, também gostaria de trazer a Vossa Excelência os meus parabéns pelo brilhante discurso que Vossa Excelência acaba de proferir, e também somar meu pensamento às suas idéias, que foram tocadas, embora de forma tangencial, mas que atingem o problema, no seu cerne, principalmente quando Vossa Excelência afirma que procura se mudar, para deixar as coisas como estão; realmente, ensaia-se, neste País, uma série de mudanças, mudanças táticas mas que não atingem a mudança verdadeira que deveria ocorrer, que é a mudança de fundo, é uma reformulação profunda principalmente do modelo de desenvolvimento. E Vossa Excelência também se referiu a isto, dizendo que já praticamente estamos acostumados com soluções parciais que emanam tanto de políticos, quanto de tecnocratas e, está prestes a acontecer nesta Casa, a apreciação de um Plano Plurianual do novo Governo do General Ney Braga e, ali, haveremos de tornar ao assunto, para fazermos observações de, como que muitas soluções que ali são oferecidas, talvez sejam exatamente essas soluções parciais que sugerem mudanças táticas, mas não de profundidade, o que está a necessitar o nosso povo.

Gostaria de me somar também, quando Vossa Excelência se refere ao problema gravíssimo da faixa de fronteiras.

Somos representantes também, juntamente com Vossa Excelência, daquela área, somos testemunhas do sofrimento daquele povo no abuso de poder que lá se cometeu exatamente diante e mediante o famigerado mando político que tanto temos criticado e que temos a certeza que não tem, de Vossa Excelência, a aprovação, pelo menos a partir do discurso que Vossa Ex-



celência proferiu, temos a certeza de que Vossa Excelência está buscando uma alternativa mais democrática para a nossa faixa de fronteira. Nesse sentido tem Vossa Excelência também o apoio deste Deputado. As nossas preocupações são, eu sei, as mesmas.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Atentamente ouvi o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Gernote Kirinus, e digo que, quando assumimos esta Casa na qualidade de representante do povo, nós nos pronunciamos a favor das eleições na faixa de fronteira e segurança nacional, continuo com o meu propósito firme de que, em 1982, haja eleições em todos os municípios e disse em meu pronunciamento, que alguns serão reservados, onde não haverá eleição, porque quando nós pedimos eleições, sabemos também que há situações complicadíssimas, como no caso de Foz do Iguaçu, mas também ouvimos não apenas dos Deputados arenistas e emedebistas, que são a favor das eleições, como vi também uma entrevista de Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga, de que era a favor das eleições diretas nas faixas de fronteira e segurança nacional.

Acredito no propósito firme de que Ney Braga também -apela em favor de eleições em todos os municípios do Paraná. Por isso, estamos somando forças em benefício de uma democracia mais aberta, ampla, para toda a população brasileira, onde nós tenhamos o direito de escolher os nossos representantes, quando o povo volte a votar, exercitando a democracia, especialmente nós, aqui no Paraná, que temos uma grande soma de municípios que não realizam eleições, que não escolhem seus prefeitos municipais e que duram muito tempo, como se fosse um emprego, um concurso, um Prefeito que é nomeado para assumir os destinos de um município e não podemos aceitar situações como essa.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, e em seguida, ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Tércio Albuquerque, Vossa Excelência realmente traz à tribuna, na data de hoje, um tema momentoso, e queria iniciar o meu aparte, agradecendo a Vossa Excelência a gentileza de ter citado um trecho de um descolorido pronunciamento deste Deputado, a respeito da situação dos municípios brasileiros.

Tenho, como Vossa Excelência, uma grande preocupação a respeito da situação dos municípios, da economia brasileira, do modelo concentrador de riquezas que vivemos, e também do momento da reformulação política.

Creio, nobre Deputado, que nós estamos numa esquina da história e da política brasileira. Esta esquina irá nos levar, com o apoio e a lucidez dos políticos, à avenida larga da democracia estável, justa e humana, que todos nós brasileiros desejamos e haveremos de fazer — combatendo a atual situação de penúria que vivem os municípios brasileiros.

Por isso pleiteamos todos, que haja inclusive, uma reforma constitucional, para que possa haver uma mais equânime distribuição da renda entre o Estado membro, o Município e o Poder Central.

Algumas pessoas em análises superficiais que fazem do municipalismo brasileiro, chegam a creditar ao momento político de 1.964, para cá, todos os males do municipalismo, o que na verdade, corresponde apenas a uma análise superficial.

Outros, também superficialmente, entendem que a falta de autonomia para eleição dos Prefeitos Municipais corresponde também à perda de autonomia política, o que não corresponde à verdade.

Ainda recentemente, os que tiveram o cuidado de acompanhar, um excelente trabalho de um douto funcionário desta Casa, o Dr. Reginaldo Fanckin, tiveram a oportunidade de perceber que a falta de eleição direta para o município, seja da zona de segurança nacional ou seja das capitais, não corresponde à perda de sua autonomia política. Aliás, neste sentido o

Dr. Reginaldo Fanckin, acompanha o pensamento, por exemplo, de um dos mais doutos professores de direito constitucional e de direito administrativo deste País. Mas creio que é necessário realmente se fazer uma reformulação do municipalismo em termos de eleições diretas em todos os sentidos ou em todos os níveis. Eu, pessoalmente, só adquirir funções na vida pública através do voto livre e consciente do eleitorado da minha região, tenho toda autoridade pessoal e política para defender a eleição direta em todos os níveis, como o tem também o Governador Ney Braga, que sempre elegeu-se diretamente desde o cargo de Prefeito de Curitiba, Deputado Federal, Senador, Governador do Estado, numa verdadeira revolução que Ney Braga conseguiu fazer em 1960, contra as então forças dominantes da política paranaense.

E creio que este é o momento de se reformular o município, porque também é o momento de uma reformulação política. Nós estamos saindo de um túnel, depois de 15 anos de exceção e arbítrio e estamos vendo a luz que se aproxima para que possamos realmente viver a democracia que todos nós desejamos. Por isso, acompanho o Presidente Figueiredo no seu desejo de reformular o quadro partidário brasileiro e espero que esta reformulação partidária seja a mais leal e a mais profunda neste País. Porque sei que desta decisão da reformulação partidária, vão depender os próximos 15 anos da vida política brasileira.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência pela seriedade do assunto que Vossa Excelência tratou nesta tarde, pela profundidade dos conceitos emitidos, e aí discordo do Pastor Gernote Kirinus, quando diz que Vossa Excelência tangenciou alguns problemas. Creio que Vossa Excelência foi muito mais profundo na análise de alguns problemas.

Meus parabéns, nobre Deputado, e conte com os Deputados conscientes desta Casa, quando Vossa Excelência decidir fazer análises de temas que interessam realmente à política e à administração deste Estado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, meu caro Companheiro, Deputado Luiz Alberto Oliveira. Citei Vossa Excelência no meu pronunciamento, por entender que Vossa Excelência está altamente preparado para nos ajudar nesta grande empreitada em benefício dos municípios que Vossa Excelência sempre viveu os dramas, de todos os Municípios do Sudoeste Paranaense, onde brilhantemente é representado por Vossa Excelência nesta Casa de Leis.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Tércio Albuquerque, nós vemos Vossa Excelência com essa euforia, com esse dinamismo, com esse espírito democrata a defender as coisas justas da sua região, do Paraná e do Brasil.

Apenas para discordarmos de um ponto de vista do aparte do Deputado Gernote Kirinus, ao querer misturar alhos com bugalhos, ao querer misturar calça com carniça, ao querer misturar orçamento com o seu pronunciamento.

Então, vemos em Vossa Excelência um democrata autêntico, e vemos no aparte malicioso, com a devida vênia, com o devido respeito ao Deputado Gernote Kirinus, ao querer envolver Vossa Excelência num pronunciamento que faz democraticamente, com espírito arenista com espírito de Ney Braga e de toda a composição arenista que luta por sua terra e por sua gente.

O Deputado Luiz Alberto, em seu aparte brilhante, já disse tudo que eu pretendia dizer a Vossa Excelência. Mas queríamos dizer a Vossa Excelência que Ney Braga, o homem que foi eleito Prefeito de Curitiba pelo voto direto; Deputado Federal, pelo voto direto; Governador, pelo voto direto; Senador, pelo voto direto, o homem responsável pela política do Paraná, há de nos conduzir num barco seguro nesta encruzilhada em que nós estamos, somando forças para dar ao Governo

do Estado o suporte necessário para que o Estado consiga e prossiga nesta trajetória.

Disse bem o Deputado Luiz Alberto, que havemos de, num bloco monolítico, estarmos coesos para a ordem de comando de Ney Braga que há de nos dirigir, há de achar uma solução para as questões políticas que existem no processo democrático. E havemos de, unidos, defender o nosso Governo. Não misturarmos, numa discussão política, orçamento, que é o problema mezinha da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Concedo o último minuto que me falta, ao nobre Deputado Egon Pudell.

O Sr. Egon Pudell — Obrigado, nobre Deputado Tércio Albuquerque, procurarei ser breve.

Parabenizo-me com o pronunciamento de Vossa Excelência nesta tarde de hoje. Quero dizer, ao nobre Companheiro, que conta com o meu integral apoio. Agora, a bem da verdade, nobre Deputado, e todos os Srs. Deputados, se não houver uma reformulação, uma melhor distribuição de renda, quase que para a totalidade dos municípios brasileiros, podemos dizer e afirmar, - lamentando a nossa afirmação, que a maioria dos municípios brasileiros não têm mais condições de sobreviver na atual conjuntura política-financeira.

Porque nós ouvimos, diariamente, as reclamações dos Prefeitos Municipais, tanto de pequenos municípios, como de médios e de grandes municípios, demonstrando, claramente, que não existe mais condições de administrar as suas comunas, para o desenvolvimento, para o progresso e para a sustentação da própria máquina administrativa.

E: ainda confio no Presidente Figueiredo, que há poucos dias, declarou no Mato Grosso do Sul que daria uma melhor distribuição de rendas a todos os municípios brasileiros. Esperamos realmente, que o Sr. Presidente da República assim proceda, porque, quando foi candidato a Presidente da República, declarou em alta e viva voz na Convenção de nosso partido. Congratulo-me com Vossa Excelência e conte com o nosso integral apoio.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte ao nobre Deputado Egon Pudell, municipalista por excelência, conhecedor profundo dos problemas municipais do Estado do Paraná e de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado, entretanto, a Liderança da ARENA, dentro de seu horário, lhe concede mais cinco minutos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Deputado Tércio Albuquerque, queria cumprimentar Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento que está fazendo e dizer que esta tese que V. Ex.<sup>ma</sup> defende e que o Deputado Luiz Alberto falou que é tema momentoso, queria dizer a Vossa Excelência que é uma tese velha, surrada, que vem sendo defendida, e há muito tempo, pelo MDB.

É uma tese que nós já em 1975, quando no início de meu mandato Parlamentar, fizemos até simpósios, - aqui no Paraná mesmo se fez simpósios, defendendo a mesma tese de reformulação, para uma melhor distribuição de rendas e uma melhor participação dos municípios nos tributos nacionais.

De forma que o que nós vimos agora recentemente no pronunciamento do Presidente Figueiredo, é que nós entendemos como ensaio apenas escamotear uma verdadeira vontade que ele tem e que os homens do Poder têm, de prorrogar as eleições de 1980. Uma prorrogação de mandato, ele apenas está fazendo a colocação agora deste problema para justificar. Sei que Vossa Excelência é contra isso. Vossa Excelência tem o espírito altamente democrático e vem justamente da tribuna,

muitas vezes criticando essa pretensão de se prorrogarem os mandatos. Congratulo-me com Vossa Excelência. Mas nós vimos já nas entrelinhas dos pronunciamentos do Presidente Figueiredo, esta intenção prorrogacionista; que é a vontade de transferir as eleições, para justificar uma coincidência de mandato de 1982.

De forma, Deputado Tércio Albuquerque, que nós não vemos, agora, esta sustentação tão ferrenha de uma reformulação, na distribuição de rendas, como tese momentânea. Isso já era para ter sido feito. Acredito que se o Presidente da República, com todos os poderes que teve e que os outros presidentes revolucionários já disseram a mesma coisa, porque nós não acreditamos nisto. Não acreditamos no que o Governo vem apregoando. Nós só acreditaremos depois que se chegar a um fato concreto. Mas nas palavras nós não podemos acreditar, porque na verdade eles, quando o MDB vinha sustentando essas teses, eles também vinham a reboque das mesmas teses e hoje estão a reboque, que nós já sustentamos no passado e que são teses surradas.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Deputado Lineu Turra, compreendi perfeitamente a intenção de Vossa Excelência. Intenção até de que nosso pronunciamento tenha sido embasado em trabalho antigo do Movimento Democrático Brasileiro.

O Sr. Lineu Turra — De Vossa Excelência, não, porque Vossa Excelência, eu sei que está, já desde o primeiro momento que chegou a esta Casa, assomou à tribuna, defendendo essas teses também.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Nós respeitamos sinceramente o trabalho de há muito acontecido nesta Casa. Entretanto, se nós entramos nesta Casa com sinal de renovação, nós queremos reativar, renovando até mesmo os trabalhos e os pensamentos daqueles que aqui já viveram há mais tempo. Esta é a nossa intenção, reativar o que de bom existir e renovar em tudo aquilo que achamos que não está perfeito e que merece um trabalho mais profundo no dinamismo em favor do dinamismo brasileiro.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Agradeço, nobre Deputado. Não pude ouvir todo o seu pronunciamento desde o início mas, chegando a este plenário, tive oportunidade de ouvir parte do seu discurso. E quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz nesta tarde, dizendo que esta luta não é um trabalho de oposição, mas muitos Deputados, como Vossa Excelência, Deputados da ARENA e do MDB têm feito pronunciamentos da necessidade do fortalecimento do municipalismo. E o Presidente da República, em boa hora, mandou fazer um estudo. É que nós sabemos, que existe uma opinião contrária, do Ministro de Planejamento, da necessidade da nossa participação, de pronunciamento de Vossa Excelência, que outros Deputados também ocupem a tribuna da Casa, para manifestar o integral apoio ao nosso Ministro das Finanças que está com a intenção, também de ajudar o município. Porque só acredito num País forte, com municípios fortalecidos. Aí a necessidade da reforma da legislação tributária, para que possamos ter um País forte e que municípios não necessitem de mendigar, quando nós vemos quando surge uma verba, um recurso, através do BNH a Fundo Perdido, os planos, os projetos que são necessários se fazer para conseguir aquele recurso, que às vezes até o município não está necessitando tanto daquele recurso mas necessita em outra área, mas como o dinheiro é para aquele fim, ele é obrigado a fazer o projeto, baseado naquilo quando que, se o dinheiro estivesse no município de acordo com a necessidade do município, haveria de ser feito um planejamento e atendidas as necessidades, as prioridades de cada município.

Cumprimento Vossa Excelência, dizendo da necessidade

de continuarmos empenhados nesta luta.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Obrigado Deputado Gilberto Carvalho.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O momento político brasileiro é de suma importância para ser analisado apenas desta tribuna, mas, já que é o que dispomos, devemos dela nos utilizar.

Srs. Deputados, a classe política paranaense, homens da ARENA e do MDB tiveram ontem nesta Cidade de Curitiba, uma demonstração de como deve ser uma verdadeira democracia!

Participante da chapa derrotada na Convenção do meu Partido, ontem, creio estar autorizado a afirmar que vivemos, ontem, uma verdadeira lição de democracia, e que essa vitória se deve não só aos homens do MDB, mas, à classe política paranaense. Oitenta e oito por cento dos convencionais do meu Partido compareceram à Convenção de ontem, Convenção que para muitos, inclusive para companheiros, talvez fosse não uma Convenção, mas sim, um velório. E oitenta e oito por cento dos convencionais aqui compareceram, e sabem os Srs. Deputados de um e de outro partido, as dificuldades que tem o convencional do interior, para comparecer a uma reunião como esta. Por isto, Srs. Deputados, nos parece que nós, que representamos o povo paranaense nesta Casa, temos uma obrigação de considerarmos esse humilde homem do interior - às vezes humilde - que aqui ontem compareceu, e tomarmos posições claras e definidas. Até numa lembrança muito feliz de Pedroso Horta: "O político tem regras simples, deve, simples e puramente, saber o que quer". E parece que este momento brasileiro está a exigir principalmente isto.

O emaranhado que passou a se constituir na chamada Reforma Partidária, a cada dia ganha novos lances dignos da farsa que o Planalto quer impor ao povo brasileiro. O mundo político vive momentos de total indefinição. Os mais afoitos não se acanham em procurar as manchetes de jornais para anunciar a sua adesão incondicional ao Partido do João!

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Solicito este aparte, antes que Vossa Excelência entre ao longo do seu discurso escrito, para me congratular com o seu Partido — Movimento Democrático Brasileiro — pela realização da sua Convenção, ontem, no Paraná.

Creio que, realmente, política, se faz na disputa do voto, na conquista de posições, nas urnas e também nas urnas partidárias. Creio que neste aspecto, o Movimento Democrático Brasileiro tem sabido ser uma agremiação política, mais efetiva e mais livre do que o próprio partido a que pertencço, a Aliança Renovadora Nacional. E porque sempre me manifestei, nas diversas oportunidades em que houve como tema principal das discussões políticas, prorrogação de mandatos, seja prorrogação de mandatos eleitorais ou seja prorrogação de mandatos de cúpula partidárias, é que me sinto à vontade, para congratular o Movimento Democrático Brasileiro, pela sua eleição, ontem realizada, pela escolha de um dinâmico Parlamentar, que tem a honra de dividir com Vossa Excelência, com o Deputado Nilso Sguarezi, com o Deputado Scalco a representação política da Oposição no Sudoeste e em quem reconheço um homem de valor e de princípio partidário.

Quero, portanto, deixar lavrado aqui nesta Casa, o meu cumprimento, ao MDB, pela realização da sua convenção estadual.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Luiz Alberto de Oliveira e repito que a vitória do comparecimento, a vitória da Convenção, nós partilhamos com o

político paranaense.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). Apenas gostaria de aduzir ao pronunciamento de Vossa Excelência para que os integrantes desta Casa, principalmente a Aliança Renovadora Nacional e a opinião pública, tivessem conhecimento do clima harmonioso em que se desenvolveu a nossa convenção, e principalmente, Senhor Deputado, para introduzir no discurso de Vossa Excelência, a nota conjunta emitida pelas duas chapas disputantes, antes de serem abertas as urnas, após encerrar-se a votação e antes de verificado o escrutínio que apontaria os vencedores:

"Os representantes das Chapas": Oposição e MDB de pé", assinaram o seguinte documento: Os representantes das chapas Oposição e MDB em pé, esclarecem, perante os Convencionais e a opinião pública do Paraná, mesmo antes de ser conhecido o resultado das urnas.

Gostaria ainda de dizer de que em todas as convenções realizadas, superam o índice de presença de convencionais, na prova evidente de que as bases do Movimento Democrático Brasileiro - desejam continuar na luta democrática.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte e antes de prosseguir no pronunciamento, gostaria de acolher o aparte do Deputado Valduga.

O Sr. Ruben Valduga — Tomo da palavra para, da mesma forma, congratular-me com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, pela contribuição que trouxe a nós todos, políticos, fazendo a sua Convenção, e fazendo-a da forma como soubemos e principalmente o gesto que teve de disposição de continuar lutando, mesmo antes de conhecer os resultados.

Qualquer ato político, mormente um de tanta importância, atinge a todos os políticos.

Daí porque vejo como uma atitude da classe política que merece de nossa parte, especialmente de minha parte as maiores manifestações de satisfação. E quero dizer mesmo, que se razões levarem a extinção destes partidos, o MDB assim como a ARENA, terão deixado no seu passado, e falo agora apenas no MDB, no seu passado um corolário de lutas que se integrarão às tradições da democracia brasileira.

Muito obrigado.

O Sr. Del Ciel — O Deputado Deni Schwartz me concederia um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Valduga e concedo o aparte ao Deputado Del Ciel.

O Sr. Del Ciel — Efetivamente eminente Deputado Deni

Schwartz, a capital do Estado e este Poder foi sede no dia de ontem, de um evento cívico e democrático que haverá de ficar marcado e registrado na História da Política Brasileira para honra de todos nós, oposicionistas do Estado do Paraná. O índice de abstenção foi mínimo e irrisório teria sido tão somente esta nossa contrariedade, registramos nesta oportunidade, se o eminente Companheiro, Deputado Trajano Bastos de Oliveira, fundamentando no parecer de um Membro do Tribunal Eleitoral de nosso Estado, não tivesse provocado junto ao Diretório Regional a impugnação da participação de 17 Delegados representantes de Peabiru, Andirá, Balsa Nova, Guaraniçu, Santa Helena, Céu Azul, São Miguel do Iguaçu e Catanduvas.

Para felicidade de nosso partido político, ambas as chapas apresentadas estavam compostas por homens públicos capazes, conscientes das suas responsabilidades e o nosso partido terá a nortear os seus destinos um líder efetivamente competente.

Mas fica registrado também neste Poder e para a História Política do Estado do Paraná, quando um pleito de tamanha envergadura se definiu com um número insignificante de votos, ou seja de nove votos o impedimento da participação e a impugnação da participação destes municípios já citados, que com 17 votos poderiam ter modificado a história do pleito aqui ontem registrado.

Mas a quem honra a honra, a quem justiça a justiça, quem venceu as eleições que a leve e que conduza bem os destinos do nosso partido político no Estado do Paraná.

Mas, infelizmente contrariados com esse procedimento do eminente Deputado Trajano Bastos, fazemos e provocamos este registro, porque sempre o tivemos como um homem que combateu a legislação excepcional vigente em nosso País e que a utilizou através de um parecer, do parecer de um Membro do Tribunal para evitar que tantos companheiros, que 17 companheiros que com dificuldades vieram à capital não pudessem também ter depositado o seu voto nesta grande festa do povo, nesta grande festa do MDB no nosso encontro cívico de ontem.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Os apartes dos Senhores Deputados ao meu pronunciamento, estão a demonstrar a importância do político, neste momento. E era sobre a importância do político neste momento que pretendia hoje me manifestar. Mas, melhor do que a minha manifestação foram os apartes dos Srs. Deputados que agradeço, anunciando que por necessidade particular estarei ausente durante o restante da semana, pedirei a Liderança do partido que se pronuncie sobre esta situação. Situação do político paranaense, do político brasileiro e principalmente do político paranaense, que apenas para deixar registrado não pode permitir ser enxovalhado como o foi, se é que é verdade e o que consta no "O Estado de São Paulo" do último sábado, quando foi considerado como mera mercadoria, porque nós políticos, do Paraná, não podemos admitir sequer, que seja estampado num jornal de conceito nacional uma frase como esta:

"No Ceará, depois que o Governador Vergílio Távora reuniu a bancada Federal e deixou claro que irá perseguir os dissidentes, os Deputados resolveram ceder aos apelos oficiais."

E aqui o grave, Srs. Deputados, também Ney Braga, no Paraná, conseguiu reduzir as dissidências. Ele anunciou a criação de uma verba pessoal para os Deputados, a permissão que cada Parlamentar indique o local de instalação de um centro social urbano, e a criação de uma linha especial de crédito para comerciantes, a ser concedida por indicação dos Deputados fiéis ao partido governista.

O Paraná está a exigir uma explicação sobre isto; porque Parlamentares, Políticos paranaenses com "P" maiúsculo, não se vendem por centros sociais por favorecimentos em bancos oficiais, e não podem se vender também por qualquer coisa que seja, a não ser pelo interesse do povo.

Solicitem a meu Líder que, na minha ausência, estude esta matéria e solicito aos Srs. Deputados da ARENA para que agenciem, para que a imagem do Paraná não fique comparada ao perseguidor, segundo o jornal, Vergílio Távora, do Ceará.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço, este minuto seria insuficiente para dizer de nossa satisfação pela convenção ontem realizada pelo MDB, onde mais uma vez ficou evidenciado - e não estou aqui elogiando desbragadamente o partido, mas ficou evidenciado que o MDB, nestes 14 ou 15 anos, tem lutado realmente para manter viva a chama da Democracia neste País.

E agora, quando ameaçado de extinção por uma reforma partidária até certo ponto duvidosa, vêm os convencionais do MDB dar uma demonstração de civismo ao povo do Paraná.

Seria insuficiente um minuto para falar do MDB, da belíssima convenção que ontem realizou, mas é mais do que suficiente este minuto para dizer a Vossa Excelência que Ney

Braga também tem uma trajetória na vida política deste Estado. Foi um homem que participou e venceu todas as eleições diretas em que esteve envolvido. Foi um homem que nunca precisou de expedientes excusos para reafirmar a sua liderança perante o povo do Paraná. Estão aí as administrações, desde a Prefeitura de Curitiba até o Ministério da Educação a comprovar a sua capacidade, o seu espírito público.

É evidente que deve haver, nesta nota do jornal, uma distorção. É justo que Vossa Excelência deseje uma explicação, claro, é evidente. Mas deve haver uma distorção, talvez o Governador tivesse anunciado novas linhas de crédito ao comércio, tivesse anunciado a obtenção de recursos para centros comunitários. Enfim, tivesse anunciado, com a alegria peculiar àqueles que governam, com as vistas voltadas exclusivamente ao bem estar da comunidade, a obtenção de recursos, mas sem jamais barganhar a permanência ou não de Deputados na legenda oficial do Governo. Não acredito, mas Vossa Excelência, o tempo é curto para um debate, nós voltaremos a este assunto com muito prazer, trazendo as explicações necessárias do Governo do Estado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço a manifestação do Líder do Governo e diria apenas o que estava escrito em meu discurso, o encerramento de meu pronunciamento seria exatamente isto, por reconhecermos esta Liderança e este passado político do Sr. Ney Braga, nós temos uma esperança muito grande que não passe de um mal entendido; porque o momento é de muita gravidade para que tenhamos líderes populares, o que Ney Braga é, prestando-se a esse tipo de marginalização, porque não passa de uma marginalização, da classe política. Classe política que mais do que nunca, o Brasil precisa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,  
com a presença de 57 Srs. Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Romar Laurentino, Vereador do Município de Capanema. Bem como do Sr. Mauro Abegalin, Prefeito Municipal de Kaloré.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, devidamente apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/79 - de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que revoga a Lei n.º 5318, de 10/05/66 e transfere para a localidade de PINHAL DE SÃO BENTO, a sede do Distrito Administrativo de Pinhal de São Bento, do Município de Santo Antônio do Sudoeste. Com Parecer FAVORÁVEL e EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/79 - de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública a "APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Contenda, com sede e foro na Cidade da Lapa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/79 - de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a Sociedade Filantrópica "Humanitas", com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/79 - de autoria dos Deputados AIRTON CORDEIRO e JOÃO MANSUR,

que declara de utilidade pública o "Movimento Familiar Cristão" — M.F.C., com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 136/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que denomina "Deputado Sílvio Barros" a Rodovia PR-317, trecho Maringá - Santo Inácio. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 137/79, de autoria do Deputado VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Fundação de Ensino Técnico de Londrina - FUNTEL", com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Airton Cerqueira Alves, ocorrido em Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Salvadore, ocorrido em Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Antônio Freire, ocorrido na cidade de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Cruz, ocorrido em Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Argemiro Chaves Ferreira, ocorrido na cidade de Ipiranga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Leôncia Novaes Cruz, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 32º aniversário de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Professor" — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na oportunidade em que se comemora o Dia do Professor, e nos momentos que antecedem a promulgação da lei que esta Casa votou para conceder a estabilidade ao Magistério do Paraná, em nome da bancada do MDB, queremos nos congratular com os professores, ao mesmo tempo em que deixamos aqui o nosso desencanto porque a Mensagem do Governo não refletiu a real necessidade da classe. E a lei será sancionada hoje, não atende o que de justiça deveria ter sido feito. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a lei excluiu até a Lei da Anistia proposta, defendida e implantada pelo Governo Federal, porque esta Casa inclusive rejeitou uma emenda que não causaria ônus algum, financeiro, ao Estado, mas permitiria que fossem reintegrados ao Quadro do Magistério e adquirissem a estabilidade, aqueles professores que pelo atestado ideoló-

gico, foram excluídos do Magistério do Paraná.

Ao congratularmo-nos com o Professor, ficamos contristados porque, quando o Governo do Estado procura lhe fazer uma homenagem com uma lei concreta, deixou, este Governo do Estado, de atender, na sua plenitude, o que seria de justiça, ao Professor.

Votamos favoravelmente ao requerimento, mas não deixamos de registrar o nosso desapontamento porque, o que se dá ao Professor, hoje, é apenas uma parte do que ele merece.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Deputados, para estudar a situação dos Municípios do Estado e propor soluções que possam superar a crise que afeta essas unidades federais. Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, para encaminhar a votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão somente pedi a palavra, Sr. Presidente, para registrar conforme se falou, rapidamente, durante o pronunciamento do ilustre Deputado Tércio Albuquerque, de que, a nossa manifestação de apoio a essa iniciativa prende-se ao fato de que possamos, Oposição e Situação, se possível, ingressar profundamente na realidade municipalista, caso contrário, poucos serão os resultados positivos, pois, de tão triste realidade que vivem hoje os Municípios do Paraná e do Brasil, também vivem as tristezas os municípios das Faixas de Fronteira das chamadas Áreas de Segurança Nacional.

Por esta razão, Sr. Presidente, nós gostaríamos de, ao darmos mais uma vez este apoio expresso, dizer que é efetivamente um desejo, de todos os municípios considerados da Área de Segurança Nacional, que, se faça um estudo profundo, que se possa inquirir todas as administrações desde que se instituiu essa famigerada área de segurança nacional, para que então, tão somente então, possamos ter uma radiografia correta dos acontecimentos e das realidades existentes naquelas regiões.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes.) — Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa solicita dos Srs. Deputados, que façam a indicação dos Srs. Deputados que comporão a comissão, objeto do requerimento anteriormente aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à comunidade da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, pela passagem do seu Jubileu de Prata e pela sagração do novo santuário. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, no sentido de que seja criado um Hospital Regional na região Sudoeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de pronunciamento feito da tribuna a diversas autoridades. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, e Vereadores desta Capital, pela aprovação da Lei Municipal nº 6.060. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, à hora

regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/77, e dos Projetos de Resolução n.ºs 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105 e 106/79.

Levanta-se a Sessão.

**ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 528/79**

exonerar, MATHÉ DE POSSIDENTE BERTONI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima. (Protoc. n.º 10311).

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 529/79**

prover, em Comissão, OTÁVIO GUERREIRO CASTELAN, no cargo de Assessor Parlamentar, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima. (Protoc. n.º 10311).

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 530/79**

revogar o Decreto Legislativo n.º 485/79, de 12 de julho de 1979, que atribuiu a Função Gratificada Símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Presidência, ao funcionário OTÁVIO GUERREIRO CASTELAN, adido a este Poder. (Protoc. n.º 10311).

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 531/79**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a rescisão de contrato com a ORBRAN, com respeito aos Agentes de Segurança, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar o Senhor Diretor Geral a admitir, nos termos do estabelecido pelo inciso XVIII, do Art. 3º, do Decreto Legislativo n.º 573/67, de 29 de novembro de 1.967, três (03) Agentes de Segurança, mediante contrato por prazo indeterminado e sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho, para atendimento aos Serviços de Segurança da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16 de outubro de 1.979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário